

## PROFESSORES DE COR NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE MARIA LINA DAS MERCÊS NA BAHIA

Cristiane Batista da Silva Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

Neste estudo apresento os resultados da pesquisa em História da Educação problematizando a questão dos professores negros/as na Bahia. Objetiva-se problematizar a trajetória da professora preta Maria Lina das Mercês e como a partir de sua atuação outros/as professores/as negros/as podem ser mapeados na História da Educação. Elenca-se professores negros/as mapeados nos jornais, relatórios e escritos dos memorialistas. Através da metodologia indiciária associa-se pelos sobrenomes, redes de sociabilidades, parentescos identificando os sujeitos “de côr” que protagonizavam lugares de distinção social sem, no entanto, nenhuma menção às suas características étnicas. Os resultados apontam para existência de uma rede de professores/as negros/as intelectuais invisibilizados na História da Educação.

**Palavras-chave:** História da Educação, Professores/as Negros/as, Maria Lina das Mercês.

### INTRODUÇÃO

Este texto discute resultados de pesquisa no GRUPPHED - Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação, na linha que estuda a População negra na Bahia: História da Educação e Ensino de História. Neste lastro, insere-se na renovação historiográfica que se deu no campo da História da Educação a partir da década de 1990 do século XX, destacando-se Fonseca, (2002; 2016) e Sousa (2007).

A ideia da indissociabilidade entre educação e escravidão é já uma questão superada e a presente reflexão dialoga com esta afirmação. Trata-se da apresentação de um mapeamento de pesquisa sobre as trajetórias de sujeitos de côr atuando como professores no Império e República na Bahia. Afastando as confusões sobre a sinonímia de negro/preto/pardo e, portanto, naturalmente “escravo iletrado”, destacam-se aqui professores/as negros/as que descendiam da sociedade escravista e subverteram a lógica senhorial utilizando-se de códigos letrados atuando nos diversos espaços escolarizados. O texto apresenta coleta de dados iniciados a partir da trajetória da professora preta, Maria Lina das Mercês, que abriu uma escola para meninas pretas e pobres às vésperas da Independência (1820-1853) e que por três décadas atuaria como

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do DCIE – Departamento de Ciência da Educação- Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, [cbssantos@uesc.br](mailto:cbssantos@uesc.br);

educadora regente. Foi a trajetória singular desta professora em Salvador que instigou a busca por outros/as pretos/as professores/as tão invisibilizados quanto ela na História da Educação.

Logo, este texto é a continuação de pesquisas que se debruçaram sobre escravidão, liberdade, resistências, fugas, burlas, enfrentamentos, mobilidade social e econômica de forros e libertos na Bahia e que criaram condições para que seus filhos acessassem a escola. (Santos, 2019; 2020). Estas sucessivas gerações foram forjadas entre a escravidão e o pós-abolição.

A ausência da cor dos professores na Bahia Imperial e República foi indicativo de um dilema racial em que a cor serviria para qualificar ou desqualificar um sujeito. Neste jogo de esconder e mostrar, as fontes como os Jornais e Relatórios do Governo, identificavam sujeitos quando fossem convenientes à narrativa: compra, vendas, fugas ou desordens, sobressaindo-se o escravo-coisa, como característica perversa da escravidão na coisificação e ênfase que não teriam subvertido a constituição que citou a proibição da matrícula de ‘escravos’. Isto não foi impeditivo, foi burlado de modos formais e informais, no interior e na capital da província.

O silêncio sobre a cor dos professores é explicado por Hebe Mattos que diz que até meados do século XIX, um dos mais importantes atributos para definir um sujeito era o uso da sua “cor” (MATTOS, p. 107). Destarte, identificar professores de cor entre os demais, exige rigores metodológicos que lidem com vestígios, pistas e indícios aos modos de Ginzburg (2017).

Analisando as trajetórias da população *de cor*, expressão do século XIX para pretos e pardos, partiremos das professoras Severina e Hermelinda. Severina Vieira foi convocada para dar aulas a ingênuos e desvalidos numa escola no turno noturno em Ilhéus em maio de 1888. Tal ato figurou-se como um grande passo em relação ao encontro oficial das crianças negras com a escolarização. No entanto, não identificamos a cor de Dona Severina, mas os alunos sim, todos libertos: crioulos, pardos e pretos admitidos oficialmente na escola. O cenário parecia animador. Informava um comunicado do Presidente da Província que em Ilhéus, tanto o vigário quanto o juiz de órfãos, haviam criado uma Sociedade Protetora daqueles ingênuos, filhos de mulheres escravizadas. Recomendava-se que entregassem livros apropriados ao ensino primário a fim de serem distribuídos entre os alunos da referida escola, instruía o comunicado do Palácio da Presidência da Província da Bahia datado do dia 24 de maio de 1888, destinado ao Diretor Geral de Instrução Pública.<sup>2</sup>

Em Salvador, quinze dias depois, a Hermelinda Valeriano dos Santos solicitou à Direção da Instrução Pública a abertura de uma escola noturna para ingênuas e libertas. O presidente da

---

<sup>2</sup> APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial. Fundo de Instrução Pública. Maço: 6580. 24 de maio de 1888. Seção: 1ª. Nº: 682



Provincia deferiu positivamente para o funcionamento da escola elogiando-a como autora de “um ato patriótico e humanitário.”<sup>3</sup> Estas duas experiências são indícios das lacunas que tantas outras atuações poderiam ser mapeadas e nelas demarcar negras na História da Educação.

Partindo de Ilhéus a Salvador elucidada-se a proposta deste texto: uma investigação sobre educação das populações negras na Bahia nas extensas listas nominais que invisibilizavam a população negra. No entanto, dado o vasto campo de pesquisa em História da Educação, destaca-se aqui que o recorte investigativo é sobre professores/as de cor entre o Império e a Primeira República. Nesta comunicação apresenta-se como a trajetória da professora Maria Lina das Mercês serviu de fio condutor para mapear demais professores negros em uma miríade de fontes como impressos, jornais, Relatórios e Falas Oficiais do Presidente da Província.

Na imprensa pululavam exemplos equivocados de que a inteligência do escravizado era rara ou excepcional. Exemplos como Thomaz “um escravo, que aprendeu a lêr, escrever, contar, e lingua franceza; que servio de pai e tutor do filhinho orphao de seu senhor”.<sup>4</sup> Diferente dele, a africana Simôa foi bastante criticada quando faleceu em 1851 deixando seus cadernos escritos em Baixa Grande. O jornalista publicou suas receitas na imprensa com críticas aos erros de escrita e ironizou suas ideias sobre saúde.<sup>5</sup> Nos dois casos eles subverteram limites e dominaram códigos letrados. Aprenderam a ler e escrever quando a ordem escravista parecia impedir.

Deste modo, no debate sobre professores negros, não caberão aqui discussões sobre a natureza de instituições, ações pedagógicas, cultura escolar ou métodos de ensino, pois não são o escopo deste texto. Por sua vez interessa-nos discutir como na intersecção entre a História Social da Escravidão e Pós-abolição e a História da Educação, homens e mulheres de cor atuaram na província da Bahia. Desta questão problema decorreram categorias como intelectualidade negra, sociabilidades, escravidão, liberdade e mobilidade social das populações negras através da escolarização na atuação docente. A primeira das personagens cara a esta problemática é a professora Maria Lina das Mercês.

### **Maria Lina das Mercês**

Nascida na Bahia em 27 de setembro de 1776, não sabemos se escravizada ou liberta. A precisão do dia veio do seu tributo *post mortem* publicado pelo jornal O Noticiador Católico<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> APEB, Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador. Sessão Colonial e Provincial: OFÍCIO de permissão para abertura de escola noturna na rua do Passo do professora Hermelinda Valeriano dos Santos ao presidente da província Manoel Machado Portela (08 jun.1888).: Maço 6580.

<sup>4</sup> HDBN, Gazeta da Tarde, 1880, sexta-feira, p.03, Rio do janeiro, Sexta-feira 29 do outubro do 1880.

<sup>5</sup> HDBN, A verdadeira Marmota, Ba, 1851.

<sup>6</sup> HDBN, O Noticiador Católico - BA – 1853.

Faleceu em 25 de setembro de 1853, aos 77 anos e foi enterrada na Irmandade do S. Sacramento em Santo Antônio Além do Carmo. O Noticiador Católico refizera sua biografia de três décadas de dedicação a educação de meninas órfãs, pobres e pretas. A vida pessoal de Maria Lina também não fora citada, era chamada ora de Matrona, Dona ou Professora Regente, mas sempre como a fundadora de uma escola no Cabula que recebeu na década de 1820, o apoio do padre Francisco Gomes de Souza e depois a subvenção do Estado oficializando a Casa Pia das Órfãs do Colégio do S.S Coração de Jesus. Podemos pensar a oficialização da escola de Maria Lina associada a um padre, branco e homem, como uma tática ou estratégia empreendida por ela ao fazer uso de suas boas relações de sociabilidade e credibilidade do seu nome numa sociedade onde ser mulher e preta, a desmereciam (CERTEAU, 2012). Seja como for, sua tática deu certo. Foi publicado no Diário Fluminense<sup>7</sup> que sua majestade, o imperador, aprovou, mediante o requerimento do padre Francisco Gomes, a licença para erigir no Cabula uma casa pia de educação para as meninas órfãs e oriundas da gente de cor parda ou preta da província da Bahia.

A importância de Maria Lina perpassa o título de criadora de uma casa de acolhimento. Ela proporcionou a educação de meninas no auge da sociedade escravista antes da Independência e frente a uma sociedade que só tinha destinos para meninos ou meninas brancas. No caso dos primeiros, foram abrigos como o de São Joaquim que os transformava em mão de obra apta ao servir às diferentes demandas da crescente experiência urbana. No caso das meninas brancas eram recolhidas e tinham como destino casamentos, dotes, aprendizados para moral e virtude das futuras mães de família em lugares como Recolhimento da Misericórdia (1760), das Mercês (1737), da Soledade (1739). O Noticiador Católico, não poupou elogios a Maria Lina que mesmo morando em condições paupérrimas abrigou meninas oferecendo aulas de primeiras letras, princípios de agulha, música e bordados. Ela era respeitada pelo “notório saber” e sua moralidade era compatível com a função, através de carta assinada pelo pároco da freguesia de que poderia lecionar. Destacamos que esta Casa Pia foi fundada antes da Escola Normal que seria apenas criada em 1836. Maria Lina não foi interna nem externa desta, sua formação permanece ligado aos modos de acesso de escolarização da população negra.

Logo, sem a formação oficial, mas em virtude da caridade desinteressada, conforme o jornal que destaca a abnegação da vida pessoal como um modelo de virtude. O mesmo jornal resume a biografia da professora destacando que desde moça foi sempre modesta nos deveres e que ainda ajudara educando os órfãos do colégio para meninos de São Joaquim. Isto nos faz supor que Maria Lina não somente colaborava com a escola de meninas que ela educava, mas

---

<sup>7</sup> HDBN, Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ) - 1825 a 1831 em 24/03/1825,

que o um instituto de órfãos dos meninos. E o jornal descreve sua rotina como zelosa educadora pelo ensino da moral já instruindo-as na costura, já fazendo lhes ensinar a ler e escrever e isto com nenhum recurso”.<sup>8</sup> Numa leitura atenciosa dessa descrição podemos perceber que era de responsabilidade da educação o ensino e a preparação para os mundos do trabalho como a costura. Além do mais a regente era a própria condutora de farinha, carne e do peixe e de quanto preciso era para as suas educandas. A conduta moral de Maria Lina aliada aos modos de vestir foram assim descritas “quem a visse modestamente vestida com a sua capona preta arfando sob o peso de uma imensa sacola que por baixo dela trazia mal podia adivinhar que trazia ali o socorro que tinha ido procurar para as filhas adotivas.”<sup>9</sup>

Os destinos das órfãs variavam. A saída delas era registradas pela regente Maria Lina e poucas vezes era para o retorno ao convívio familiar, algumas iam para serviços em fábricas, como 11 foram destinadas a Fábrica de Todos os Santos de tecidos em Valença. No entanto, a maioria ia servir em casas de famílias que provassem boa índole moral, como criadas domésticas e depois como tutoras, preceptoras de meninas e até mesmo muitas professoras com formação na Escola Normal após a década de 1850.<sup>10</sup>

A maioria aprendia os serviços para uma casa e já produziam costuras e bordados para renda da casa, traduzem assim “uma sociedade em que as relações de gênero eram estruturadas em modos de dominação/subordinação” (THOMPSON, 1998, p.345) e a educação atrelava tais relações problematizando na Casa Pia questões como raça, etnia e classe social.

Após a morte de Maria Lina, o colégio continuou a abrigar meninas pobres. Com a Guerra do Paraguai deu-se o aumento de órfãs e desvalidas nas ruas e seria uma tragédia maior se nas décadas de 1870-1880 não contassem com a casa que pretendia salvá-las da prostituição através da instrução doméstica. Aprender para servir. Este era o lema sobretudo após a Lei do Ventre Livre de 1871, educando as órfãs para serem criadas domésticas e professoras, mas para os meninos destinava-se as profissões manuais. O colégio moldou-se aos rumos da nação. Foi o caso do ingênuo Nicolau filho da escrava Olímpia pertencente à Constantino Viegas mediante uma única vaga que foi disponibilizada para crianças negras e foi preenchida por Nicolau.<sup>11</sup>

A invisibilidade de Maria Lina na História da Educação e no registro deste protagonismo que subvertia noções de educação, escravidão e gênero deu início a uma busca minuciosa nas fontes dos nomes de outros sujeitos que nascidos sob a condição de escravizados, libertos ou

---

<sup>8</sup> HDBN, O Noticiador Católico, Bahia, 1853, ed. 001.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> HDBN, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889, 1855, p.13.

<sup>11</sup> HDBN, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889, 1884, p.101.

filhos descendentes, não só estudariam, mas atuariam como professores e professoras. Mesmo com a deliberada intenção de não citar a cor dos sujeitos, creditando-lhes condições de acesso ao mundo letrado sem dar-lhes reconhecimento de capacidades, protagonismos e mobilidades são encontrados na imprensa baiana entre o século XIX e a Primeira República.

O modelo europeu de intelectual e de professor traduz-se numa narrativa colonizada respectivamente como homem, branco e numa instituição que até fins do século XIX continuava a receber órfãs desvalidas a fim de lhes dar a precisa educação e seguro abrigo contra a miséria a prostituição e o abandono naquela mesma instituição filantrópica criada pela professora negra.<sup>12</sup> Tanto maria Lina quanto os demais professores nesta condição étnica, foram citados sem nenhuma referência a cor de sua pele, sem o crédito de ter subvertido a lógica racializada das relações e figuram como mais um nome nas extensas listas dos que exerciam o magistério do professorado na escola pública, algo não tão elementar para todo cidadão brasileiro como dizia a Constituição de 1824 na vigência da monarquia imperial, não para professores/as negras/os.

## METODOLOGIA

Para localizar os professores negros/as utilizei prioritariamente a metodologia a partir da busca nominal recorrendo a evidências mínimas, tomando-as como indícios capazes de decifrar a realidade que se mostra opaca. (Ginzburg, 1989, p. 178). Partindo dos nomes foi possível conjugar documentos como os escritos oficiais, mas, também, de maneira mais ampla, como os escritos privados, como os literários, epistolares, documentos artísticos, iconográficos, orais, entre outros (LE GOFF, 1990). A questão da cor exigiu análise de fotografias e imagens.

Para esta operação historiográfica chamamos de o ‘fio do nome’, assim como o ‘paradigma indiciário’ como ferramentas perante fontes bastante heterogêneas. Parte delas foram catalogadas na pesquisa do doutorado no APEB e BPEBA, CEDOC extrapolavam a tese e a outra data de 2019 no ingresso no GRUPPHED e o trato com a Hemeroteca Digital da FBN<sup>13</sup>. O acervo é composto por fotografias, relatos de memorialistas e Relatórios e Falas do Presidente da Província como tentativa de apreender quais brechas via educação/escolarização inseriam-se tais sujeitos para a conquista da mobilidade e ascensão social em tempos de escravidão em que o diferencial de exclusão ou inclusão era a categoria “de cor”. Isto em suas

---

<sup>12</sup> HDBN, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889, 1875, ed.0001, p.90

<sup>13</sup> APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia / BPEBA – Biblioteca Pública do Estado da Bahia/CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional da UESC – HDBN Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

trajetórias em frentes diversas (profissionais, políticas, docentes). Maria Lina serve como fio condutor de outros nomes rastreados nos comunicados, relatórios e sobretudo nas notas da imprensa baiana sobre educação. Utilizou-se como descritores na Hemeroteca os termos de busca “professores/as, negras/os, Bahia” e dentre as muitas notas foram selecionadas as fontes em que é possível identificar racialmente em descrições ou fotografias. Tal recorte nos permitiu evitar afirmações equivocadas da categoria de professor/a negro/a sem comprovação. O passo seguinte foi proceder às transcrições e recorrer ao Método Indiciário pelo fio do nome (Ginzburg,1989) reunindo espaços de formação, consanguinidades, óbitos, casamentos, parentescos, idade, condição civil, nomeações de cadeiras, mudanças de cidade e quaisquer situações em que seus nomes fossem citados, originando uma presumida rede de relações.

Os professores mapeados possuíam as vezes mais de uma profissão/atuação ou formação e circulavam entre a capital e o interior da província e ao longo de suas trajetórias chegamos a identificar em uma família quatro gerações de professores pretos como os Soares Lopes: Maximiano, Caetano, João e Maria da Conceição .Santos, (2019).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A atuação da professora Maria Lina das Mercês carrega uma trajetória de trinta anos educando meninas e corrobora com a quebra da narrativa tradicional ao qual na vigência do sistema escravista estudava-se em separado ou escravizados e libertos ou o acesso à educação. Isto nos remete a longa produção e as categorias teóricas de Fonseca (2002) especialmente quando afirma que, durante a primeira metade do XIX, os escravos geralmente aprendiam a ler e a escrever em espaços não escolares. Em linhas gerais podemos analisar que tal qual a luta pelo alcance da liberdade a população escravizada não ficou à margem do mundo letrado. Atendo-se especificamente ao nosso objeto, revisa-se teoricamente pesquisas basilares como a atuação de professores negros como a trajetória de Pretextato e da escola exclusiva para negros e pardos na Corte Imperial Silva (2000) que demarca como não só o acesso, mas a construção de uma trajetória que os permitiram atuar como professores no século XIX.

Fonseca (2007) declara a dificuldade de pesquisadores/as em estabelecer relação entre educação e negros/as. Portanto, observa-se na historiografia mais geral e da educação em particular que ao contrário de algumas interpretações ainda vigentes, não é possível afirmar que negros eram proibidos nas escolas do século XIX. No campo teórico da História da Bahia da Escravidão, recorreremos a ideia de que escrever podia fazer parte do sonho de liberdade de muitos negros, escravos ou forros na sociedade imperial escravista, devido a valores e às

necessidades desses como postula Katia de Queirós Mattoso de que “embora os escravos não pudessem frequentar a escola, 63 deles, entre os 167.824 recenseados em 1872 na Província da Bahia, sabiam ler e escrever” (MATTOSO, 1992, p. 200.)

Ainda nas referências sobre a Bahia, é basilar a pesquisa de Sousa (2006) sobre as experiências de escolarização de pobres na Bahia de 1870 a 1890, principalmente nas duas últimas décadas do Império como um período de novas demandas da sociedade em relação à preparação da futura mão de obra, principalmente a pobre e de cor, através da escolarização.

E uma categoria teórica que atravessa nossa análise é a percepção deste professores como intelectuais marcados por redes de sociabilidades, através das experiências, espaços e tempos vividos por estes sujeitos, pode nos revelar sobre as atividades e comportamentos destes intelectuais Sirinelli, (2003). Os professores negros aqui mapeados portanto, segundo Sirinelli (SIRINELLI, 2003, p. 242), encontram-se nesta categoria, pois sua concepção de intelectual apresenta duas definições: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”. Além de Maria Lina apresentaremos a seguir professores intelectuais que enquadram-se nesta ideia de Sirinelli (2003) no tripé itinerário intelectual, rede de sociabilidade e geração intelectual.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados significativos apontam que na História da Educação é possível emergir a atuação de professores negros e vencer “os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento”. (THOMPSON, 1981, p.185). e os resultados do mapeamento de fontes e identificação de professores/as intelectuais negros/as que atuaram na Educação. O recorte temporal longo, meados do século XIX ao XX explica-se pela especificidade do entrecruzamento entre categorias étnico-raciais e a docência. A pesquisa nos impressos, jornais, Relatórios de Trabalho do Governo da Província da Bahia e escritos memorialistas nos permitiu mapear intelectuais e professores e professoras negras que embora atuantes ainda carecem de escrutínio na História da Educação da Bahia entre o Império e primeira República similaridades e as diferenças entre suas experiências e trajetórias.

“Toda interpretação histórica depende de um sistema de referência”, destaca (CERTEAU, 2015, p. 48). e sob critérios de identificação racial seja a partir de fofografias ou autoidentificações nos escritos podemos apontar um quadro que elenca os seguintes achados Fontes analisadas que resultam das pesquisas: fotografias, livros de memorialistas e jornais,

numa homenagem prestada post mortem por Dom Jaime e Ignez Sabino em Mulheres Ilustres do Brasil (1996).

Fig 01. Fotografia de Hermann Kummler “Professor com uma colegial na Bahia”



Fonte: Hermann Kummler (compilador) (Suíça, 1863-1949)  
(Lehrerin mit Schülerin im Bahia / Professor com uma colegial na Bahia)  
1861-1862. Disponível em: <https://artblart.com/2018/08/01/photographs-hermann-kummler-ethnographic-portraits-of-indigenous-women-of-pernambuco-and-bahia-1861-1862/>. Acesso em 12 mar. de 2020.

A fotografia publicada *pos mortem*, somente em 1862 é atribuída como o único registro de Maria Lina feito pelo fotógrafo alemão Hermann Kummler que estivera na Bahia. Ademais, os critérios raciais da pesquisa só podem ser atribuídos a identificações sobre a cor dos docentes , - como recorte complexo e marcado por heterogeneidades- , em imagens, descrições biográficas, denúncias ou notas de jornais. E com este recorte, professor/as e negro/a, podemos apresentar os seguintes resultados já compilados, seriados e transcritos:

#### Quadro 01. Docentes e Intelectuais Negros/as mapeados na pesquisa a partir de Maria Lina

Nome	Locais de atuação	Familiares Docentes	Gênero	Identificação Racial que comprovam a “cor”
MERCES	Salvador	01	01 Feminino	Fotografias, Jornais, Memorialistas
SOUZA	Salvador e Recôncavo	02	01 Masculino	Fotografia, Jornais, Memorialistas
SOUSA	Salvador	01	01 Masculino	Fotografias
SOARES LOPES	Salvdor e Ilhéus	04	1 Feminino 3 Masculino	Fotografia, Jornais, Memorialistas

CARTEADO	Salvador e Ilhéus	04	02 Masculino 02 Feminino	Fotografia, Jornais, Memorialistas
SILVA	Salvador, Ilhéus, Recôncavo	01	01 Masculino	Fotografia, Jornais
TEIXEIRA	Salvador, Ilhéus, Recôncavo	01	01 Feminino	Fotografias
BARBOSA	Salvador e Canavieiras	02	02 Masculino	Jornais

Fonte: Dados do projeto de pesquisa - “História da Educação, Racialização e Trabalho no pós abolição no sul da Bahia: dos Soares Lopes às narrativas para sala de aula”. Disponível em: [https://uescproic.com/storage/1st\\_work\\_plans/1/fae65cd3-08d6-4651-bd07-a78a46265f83.pdf](https://uescproic.com/storage/1st_work_plans/1/fae65cd3-08d6-4651-bd07-a78a46265f83.pdf). Acesso em 13 de jun.2022

No quadro acima todos os professores são atravessados pela cor e priorizamos o acesso a fotografias para identificação dos marcadores étnicos como fenótipo, traços e cabelos. São professores e intelectuais que atuaram na Educação mesmo tendo outras formações paralelas.

São achados da pesquisa em que o recorte racial e a docência no Império e República podem problematizar suas atuações, trajetórias e redes de sociabilidades em diferentes espaços de ensino, no interior e na capital, desvelando alianças e proteção de longa data em pistas como atas e mapas escolares em que seus nomes estavam assinados conjuntamente ou constavam nas listas de formandos no mesmo ano ou turma da Escola Normal e na Faculdade de Medicina da Bahia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos uma análise da trajetória de professores/as negros/as no magistério, torna-se de fundamental importância apontar que nos resultados parciais há menor número de mulheres negras abordadas na História da Educação, no mesmo período e fontes, ou pelo menos nos registros fotográficos de homenagens, registros ou destaques na imprensa.

Isto permite-nos pensar nos pressupostos da interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe que as atravessa por serem negras e mulheres professoras. Maria Lina e tantas outras tanto na capital quanto no sul da província terão sob suas trajetórias um maior destaque narrativo que reflita na questão da feminização branca do magistério.

Seguindo as pistas que o problema da cor dos professores causava sobretudo na imprensa, exemplos mapeados e transcritos na pesquisa não faltavam até mesmo reproduzindo notícias mundiais como a queixa sobre um professor de cor almoçar com o presidente dos

Estados Unidos<sup>14</sup>.<sup>15</sup> Ser professor de cor era possuir um biótipo que estava consignado ao negro uma condição de inferioridade. E para além desta condição, a de ser mulher preta somava-se as opressões. Jovina de Senna Moreira<sup>16</sup> dedicada ao ensino primário na escola do sexo feminino de Castro Neves expressou-se em uma carta ao jornal A Tarde apoiando uma reivindicação do professorado e afirmou " dirijo-me às minhas distintas collegas para que não abandonem a ocasião que Deus nos proporcionou de libertamo-nos da tirania que nos opprime."<sup>17</sup> O que oprimia Maria Lina sendo preta retinta na primeira metade do século XIX na condição de mulher, professora, solteira? As fontes sobre ela são falas de jornais, memorialistas, fotógrafos e relatórios administrativos nos quais tentamos apreender as opressões e que suas vozes possam ser ouvidas e seus nomes inscritos na História da Educação da Bahia numa operação como em um "canteiro de obras" (CERTEAU, 2002,p.78) .

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Coleção de Leis do Império. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz, Lei de 1º outubro de 1828, Rio de Janeiro. **Typographia Nacional**. Disponível em: . Acesso em: 04 de junho de 2022. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm)

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: **Vozes**, 2012.

CERTEAU, M.de. A operação historiográfica. In: A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2002.

FONSECA, M. V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacion al brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)**, vol. 1, nº 13, 2007.

FONSECA, M. V. BARROS, S. A. P. (org.). A história da educação dos negros no Brasil. Niterói: **EdUFF**, 2016.

GUINZBURG, C. Mitos emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. SãoPaulo: **Companhia das Letras**, 1989

---

<sup>14</sup> HDBN, Pequeno Jornal: Jornal Pequeno (PE) - 1898 a 1955, 1903, sexta feira 24 de janeiro de 1902, N. 19, p.01

<sup>15</sup> Gazeta de Noticias : Sociedade Anonyma (BA) - 1912 a 1914, verde" **Ano 1913\Edição 00168 (1)**, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721026&pesq=Tertuliana&hf=memoria.bn.br&p>

<sup>16</sup> BPEB. Setor de Periódicos. Diário da Bahia, 09 de março de 1918., A Tarde, 14 de fevereiro 1918, A Tarde, 9 de setembro de 1918.

<sup>17</sup> BPEBA, Diário da Bahia, 15 de fevereiro de 1918, p. 2.



LE GOFF, J. História e memória. **Campinas: UNICAMP**, 1990

MATTOS, H. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, (Brasil, século XIX.). 3. ed. rev. Campinas: **Editora da Unicamp**, 2013.

MATTOSO, K. de Q. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 1992.

SABINO, I. Mulheres Ilustres do Brazil. Edição fac-similar. Florianópolis: **Editora das Mulheres**, 1996.

SANTOS, C. B. da S. Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia, **Editus**, 2019, 390 p.

SILVA, A. M. P. da. Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília. **Editora Plano**, 2000.

SIRINELLI, J.F. Os intelectuais. In: REMOND, Rene. Por uma História Política. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, 2003.

SOUSA, I. Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. **Tese de Doutorado**. PUC -São Paulo, 2006.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: **Cia das Letras**, 1998.